Conhecimentos que dialogam[1]

Calundu – Grupo de Estudos sobre Religiões Afro-brasileiras[2]

Quando portugueses tomaram conhecimento da existência de terra nesta região do mundo que chamamos de Brasil, já havia por aqui diversos povos, com vidas coletivas estruturadas, com suas culturas próprias e maneiras complexas de compreensão do mundo e de tudo que há nele. A esses povos convencionou-se chamar de indígenas. A descoberta, portanto, significou uma tomada de conhecimento por europeus sobre a existência de um lugar, habitado por pessoas diferentes deles, e consequente chegada dos europeus nesse lugar. Para os indígenas que por aqui já estavam, marcou o início de uma tragédia humanitária, que importantes humanistas (*i.e.* filósofos e cientistas sociais ligados aos estudos subalternos, às epistemologias, aos estudos da colonialidade e ao pós-colonialismo do Sul) vêm, no presente, chamando de invasão colonial – termo que aqui também adotaremos.

A invasão colonial portuguesa foi, assim, marcada por um conflito de origem: a dominação e subjugação dos indígenas. Estes foram submetidos, via violência, a um regime de trabalho forçado, que buscava tirar proveito de seus conhecimentos sobre a flora local e capacidade extrativista. E como nenhum povo se submete passivamente à dominação por outro povo, a força também foi usada para aprisionar os indígenas, de modo que não fugissem. Criou-se, com isso, o cativeiro humano em terras brasileiras.

Pouco tempo passou após a invasão colonial até que os portugueses descobrissem que as terras recém invadidas tinham potencial de oferecer riquezas outras do que o extrativismo vegetal nativo. Minas poderiam ser abertas, lavras trabalhadas e grandes plantações iniciadas. Para tanto, contudo, seria necessário outro tipo de mão-de-obra, especializada nesses outros trabalhos e inexistente nas Américas. Seria necessária mão-de-obra africana.

Portugueses já comercializavam com africanos desde muito antes de sua chegada às Américas. E desses, já compravam bens manufaturados, produtos agrícolas e pessoas.

---

[1] Este texto foi atualizado a partir de sua versão original publicada na *Revista Calundu*, volume 3, número 1: [DOI: https://doi.org/10.26512/revistacalundu.v3i1.25241].

[2] Fazem parte do Calundu e participaram da escrita coletiva deste texto, em ordem alfabética: Adélia Regina da Silva Mathias, Aisha Angele Leandro Diéne, Andréa Letícia Carvalho Guimarães, Ariadne Moreira Basílio, Clara Jane Costa Adad, Danielle de Cássia Afonso Ramos, Francisco Phelipe Cunha Paz, Gerlaine Torres Martini, Guilherme Dantas Nogueira, Hans Carrillo Guach, Iyaromi Feitosa Ahualli, Luís Augusto Ferreira Saraiva, Nathalia Vince Esgalha Fernandes, Tania Mara Campos de Almeida.

Igualmente, já tinham estabelecido colônias na África central e já ensinavam sua língua e seus costumes por lá. Grandes navegadores que eram, trazer africanos escravizados ao Brasil não seria uma tarefa difícil. Tampouco haveria de ser tão difícil subjugá-los por aqui, afinal, cativeiros já existiam.

A historiografia oficial guarda poucas referências sobre este episódio de nossa história, mas os primeiros africanos que chegaram escravizados ao Brasil dividiram cativeiro com indígenas. E, apesar do fato de que os portugueses não valorizavam sua associação, esses dois grupos populacionais dominados construíram vidas juntos. E realizaram trocas uns com outros. Trocas, inclusive, de conhecimentos sobre a terra, sobre a flora, sobre a fauna e sobre suas religiões, que, para ambos os grupos, focavam-se no culto à natureza.

Povos descendentes de africanos no Brasil, ainda no presente, muitas vezes reconhecem este contato original entre indígenas e seus antepassados em suas culturas. Assim, elementos culturais de origem indígena são encontrados em festividades de matriz africana. Exemplos fáceis de pensarmos são a presença de raízes, como a mandioca, originalmente usada na culinária indígena, nas comidas que entendemos como de origem afro-brasileira (ex.: bobó de camarão baiano).

O contato original e o fato de que os indígenas eram os donos originais da terra no Brasil é também comumente lembrado nos terreiros das religiões afro-brasileiras, pela presença dos cultos aos caboclos. Nos rituais afrorreligiosos do Brasil, caboclos são os antigos indígenas, sempre muito reverenciados. E essa reverência vai além de apenas cantigas, danças e cumprimentos, sempre muito elaborados. Comidas de orixás levam ingredientes ensinados por indígenas. A natureza e a paisagem deificadas têm também aspectos indígenas. Os segredos da terra brasileira, finalmente, foram aprendidos pelos africanos junto aos indígenas.

Mas conhecimentos não foram apenas trocados entre indígenas e africanos. Com efeito, não devemos esquecer que ambos esses grupos foram colonizados pelos portugueses e toda colonização implica também em ensinamento forçado de costumes. Assim, indígenas e africanos aprenderam uns com os outros, mas também com os portugueses. E aprenderam também sobre comidas, pois cozinhavam para os portugueses; sobre as histórias dos reis de Portugal, pois eram estes seus senhores maiores; sobre as vontades dos portugueses, que tinham que satisfazer. E sobre a religião dos portugueses também, que era a religião católica.

É preciso neste ponto fazermos uma pausa reflexiva, para lembrarmos que, durante a colonização, a Igreja Católica não foi passiva. Não se tratava apenas da religião dos portugueses, mas também de uma instituição colonizadora com direito próprio (o direito canônico), com conhecimentos próprios, com modos próprios de entender o mundo, etc. Tudo isso tinha grande força durante a colonização, de modo que devemos sempre nos referir à colonização do Brasil como uma empresa de portugueses e da Igreja Católica.

A organização católica, cabe dizer, era também balizada pela figura do rei de Portugal, via Regime do Padroado. Na prática, o padroado era um contrato firmado entre a Santa Sé (àquele momento a instituição máxima do Catolicismo, que veio a ser substituída juridicamente no presente pelo Estado soberano do Vaticano) e o rei de Portugal, que outorgava a este o controle total da Igreja Católica em sua Colônia americana – ou seja, no Brasil. Isto é, em outros termos, dizer que o rei português assumia, no que tange ao Catolicismo praticado no Brasil Colônia, o lugar por direito reservado ao Papa católico, com a exceção de não alterar a lógica de rituais. Poderia, ainda assim, indicar padres, controlar dioceses, etc. E poderia mesmo aceitar dentro das igrejas elementos oriundos das religiosidades dos outros povos dominados. Um exemplo disso no presente é a presença de atabaques em algumas cerimônias católicas ainda hoje realizadas em igrejas do Pelourinho, em Salvador/BA.

Como instituição dominadora, no entanto, não deve ser vista como surpresa a indicação de que elementos do catolicismo foram absorvidos em maior medida pelas religiões dos povos dominados (fato até certo ponto entendido como sincretismo religioso[3]). Religiões como a Umbanda, o Candomblé e o Santo Daime, por exemplo, organizam-se de forma análoga a igrejas (possuem templos construídos para receber cerimônias religiosas, abrem-se ao público até certa medida e mesmo que guardem segredos iniciáticos, possuem um calendário mais ou menos fixo de celebrações), ainda no presente, mesmo que se orientem por matrizes religiosas africanas e ameríndias. A congada é, por sua vez, uma celebração católica dedicada ao rei de Congo[4] e sua corte.

[3] O sincretismo religioso é um fenômeno que implica na mistura de aspectos (crenças, rituais, etc.) de uma religião com outra(s), o que pode acontecer ou não em um contexto de colonização ou outra relação de poder.

[4] O Congo (que pode ser grafado Kongo) aqui citado não é o atual país africano, mas foi um antigo reino, localizado ao norte do centro da atual Angola. Este reino já realizava comércio com Portugal durante o período da colonização brasileira e muitos africanos vieram escravizados de lá.

Assim, a integração no Novo Mundo exigia o desenvolvimento de estratégias para a própria sobrevivência humana e para a manutenção de culturas e tradições. Por isso esse encontro entre africanos e indígenas com os seus senhores, que exploravam seu trabalho e aos quais deviam submissão. Houve trocas significativas de conhecimentos, seja na forma de assimilação de saberes pela imposição dos portugueses na relação de dominação decorrente da escravidão, seja na forma do sincretismo, em que os traços culturais originais e estrangeiros se combinavam tão intimamente que o resultado era um todo cultural novo, produto também de uma relação de dominação, e potencialmente, uma técnica de sobrevivência de quem se encontrava em posição hierarquicamente inferior.

Dessa forma, na América colonial, pessoas submetidas a um mesmo sistema de dominação tiveram que lidar com as tensões inerentes às diferenças entre as várias etnias, e com aquelas advindas do sistema escravista. Elaboraram, portanto, formas de organização social que incorporaram contribuições africanas, indígenas e influências dos senhores de origem europeia. Ao lado da diversidade dessas contribuições, as determinações do sistema escravista foram fundamentais na elaboração desse diálogo entre culturas.

Saiba mais: Os conhecimentos sobre a flora local e sobre como extraí-la foram, em parte, apropriados pelos europeus, mas também permaneceram sendo transmitidos como saberes perpetuados por comunidades de origem indígena e africana e puderam chegar à atualidade através de mestres populares como a raizeira Lucely Pio, da Comunidade Quilombola do Cedro/GO, e como Mãe Stella de Azevedo, que publicaram estes saberes em obras escritas e ilustradas sobre o uso das plantas medicinais nativas, ou dos vegetais que aqui chegaram, como remédio para o corpo e para a alma: a **Farmacopéia Popular do Cerrado** e o livro **O Que as Folhas Cantam.**

Bibliografia

SANTOS, Edmar. *O poder dos candomblés: perseguição e resistência no Recôncavo da Bahia*. Salvador: EDUFBA, 2009. Livro digital em formato AmazonKindle.

SILVEIRA, Renato. *O Candomblé da Barroquinha: Processo de constituição do primeiro terreiro baiano de keto.* Salvador: Edições Maianga, 2006.

SOUZA, Marina de Mello. *Reis negros no Brasil escravista: história da festa de coroação de rei congo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

PLANO DE AULA

I. Data

II. Dados de Identificação

Escola:
Professor (a):
Disciplina:
Ano:
Turma:

III. Tema e bibliográfia básica

Conhecimentos que dialogam: troca de conhecimento religioso na formação do Brasil

Texto didático: “Conhecimentos que dialogam”

IV. Objetivos

Objetivo geral:

Demonstrar elementos do sincretismo cultural e religioso no Brasil

Objetivos específicos:

- Explicar caraterísticas do processo de colonização e transculturalização no Brasil
- Conhecer introdutoriamente diferentes caraterísticas culturais dos grupos étnicos transculturalizados no Brasil
- Respeitar e valorizar a diversidade cultural e religiosa que carateriza o Brasil
- Debater sobre as contribuições do sincretismo cultural e religioso na constituição da identidade brasileira
- Debater texto “Conhecimentos que Dialogam”

V. Duração das Atividades

2 aulas de 45 minutos

VI. Desenvolvimento do tema

1. Verificar os conhecimentos prévios dos alunos quanto ao tema - sincretismo religioso e cultural no Brasil
2. Propor leitura e debate do texto “Conhecimentos que Dialogam”
3. Abordar a etapa de construção de cativeiros humanos no Brasil, afim de mostrar o papel desumanizador que implicou a colonização e, portanto, a própria construção da identidade brasileira e suas manifestações religiosas de matriz afro-ameríndia
4. Propor exibição de documentários que versem sobre o processo de colonização. Sugestões:

    a. “O Perigo da História Unica” (2009) com Chimamanda Ngozi Adichie. Duração 18:49 minutos. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=EC-bh1YARsc

b. História do Índio Gaucho (entrevista com indígena José Cirilo Morinico da Aldeia Guarani Anhetenguá/RS). Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=K2a1kS_av8M
c. "Malunguinho - O Guerreiro do Catucá, O Rei da Jurema" (2008), de João Batista, Diogo Mendes, Luís Otávio. Duração 17:53. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=OvQpnTpMIno
d. "A Rota dos Escravos – a Alma da Resistência" (2012) de Georges Collinet e patrocinado pela UNESCO. Duração 34:54 minutos. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=HbreAbZhN4Q

5. Sugestão de videos complementares:

   a. "África no currículo escolar" (2014) do Projeto A Cor da Cultura Programa Nota 10 I/ episódio 1. Duração 25:40 minutos
   b. "Quilombo de Palmares: coração brasileiro, alma africana" (2018) de Carlos Nobre, José Carlos Asbeg e Luiz Arnaldo Campos, série de cinco episódios. Sugestão para episódios: "Terra de Liberdade"; "A Conexão Africana". Duração de episódio: 52 minutos

6. Descrever alguns elementos que caracterizaram os povos transculturalizados no Brasil (religiões, dança, culinária, música, etc). Dividir a turma em grupo e propor tempestade de ideias. Os resultados devem ser socializados entre todos os alunos
7. Debater sobre determinados produtos socioculturais do Brasil contemporâneo que tenham na sua base contribuições religiosas e/ou culturais africanas, indígenas e europeias (música, danças, culinárias, tradições)
8. Comentar possíveis interfaces com os textos didáticos "Calundus: a alimentação e a cura" e "Línguas africanas no português brasileiro" e suas aulas, desta mesma série proposta pelo Calundu – Grupo de Estudos sobre Religiões Afro-Brasileiras

VII. Recursos didáticos

- Quadro
- Pinceis ou giz
- Apagador
- Computador
- Projetor (*data show*)
- Pendrives, DVDs
- Papel sulfite
- Fita crepe

VIII. Avaliação

- Atividades (ex: respostas às perguntas-problema ao final da aula, discussão de roteiro, compreensão de gravuras, trabalho com documentos,etc.)
- Critérios adotados para correção das atividades.

IX. Bibliografia complementar

SANTOS, Edmar. O poder dos candomblés: perseguição e resistência no Recôncavo da Bahia. Salvador: EDUFBA, 2009. Livro digital em formato AmazonKindle.

SILVEIRA, Renato. O Candomblé da Barroquinha: Processo de constituição do primeiro terreiro baiano de keto. Salvador: Edições Maianga, 2006.

SOUZA, Marina de Mello. Reis negros no Brasil escravista: história da festa de coroação de rei congo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

Calundus: a alimentação e a cura[1]

Grupo de Estudos sobre Religiões Afro-brasileiras[2]

As práticas de alimentação e do consumo dos produtos da terra com fins terapêuticos e de restauração preventiva do equilíbrio para a saúde também demonstram como ocorreu o encontro afro-ameríndio no Brasil, através da formação e perpetuação de hábitos alimentares e remédios tradicionais, seja na medicina caseira ou em rituais de cura.

Fora dos grandes ciclos de produção da cana-de-açúcar e depois do café, que abasteceram os mercados mundiais e que restringiam a produção de víveres no país, a alimentação cotidiana das pessoas comuns nas terras brasileiras foi se formando em trocas que escapavam ao estilo de vida português civilizatório instaurado no período colonial, que era uma imposição, ou o recriavam, resistindo a ele. E depois, terminaram moldando o paladar até dos mais abastados, embora buscassem imitar os modos europeus trazidos para cá. Isto devido à grande presença de mulheres africanas e afro-brasileiras em suas cozinhas.

Entre as idas e vindas do comércio transatlântico nesse período de formação, espécies nativas e as trazidas para o Brasil fizeram surgir pequenos cultivos (roças, roçados), além do que já era feito pelos indígenas, ou eram recolhidas na própria natureza, nativas ou aclimatadas. Com o tempo, foram criadas nossas cozinhas regionais, mas alguns ingredientes tiveram um alcance maior, já desde cedo.

O encontro do Brasil com povos africanos pode ser lembrado pelo próprio nome de animais e vegetais comestíveis, como no caso da galinha d'angola. A galinha d'angola, (também conhecida como angolista, capote, cocar, conquém, guiné, galinha pintada) não apenas é modelo de enfeites artesanais, mas costuma ser criada em chácaras e fazendas para prevenir animais peçonhentos, já que tem o hábito de viver solta no mato.

---

[1] Este texto foi atualizado a partir de sua versão original publicada na *Revista Calundu*, volume 3, número 1: [DOI: https://doi.org/10.26512/revistacalundu.v3i1.25242].

[2] Fazem parte do Calundu e participaram da escrita coletiva deste texto, em ordem alfabética: Adélia Regina da Silva Mathias, Aisha Angele Leandro Diéne, Andréa Letícia Carvalho Guimarães, Ariadne Moreira Basílio, Clara Jane Costa Adad, Danielle de Cássia Afonso Ramos, Francisco Phelipe Cunha Paz, Gerlaine Torres Martini, Guilherme Dantas Nogueira, Hans Carrillo Guach, Iyaromi Feitosa Ahualli, Luís Augusto Ferreira Saraiva, Nathalia Vince Esgalha Fernandes, Tania Mara Campos de Almeida.

Dentro dos cultos afro-brasileiros, essa ave continua tendo um papel muito importante como comestível com funções terapêuticas, sendo utilizada nos principais ritos. Dessa forma, sua valorização nas comunidades de origem africana, quilombos, calundus e terreiros que iam se formando e resistindo à escravização, terminou gerando criações dessa ave, que se espalhou amplamente pelo território nacional.

A presença, hoje em dia, da assim chamada galinha d'angola, uma ave que povoava o continente africano, demonstra um elo muito antigo, pois alguns dos primeiros povos africanos que chegaram ao Brasil vieram da região da atual Angola. Por outro lado, a mandioca e o amendoim, plantas nativas de nosso território, foram levados para países da África. Quando aqui chegaram os europeus e africanos, eles já eram cultivados pelos povos originários ou nativos habitantes de nosso território, que hoje conhecemos como povos indígenas, sendo que mais de 200 povos diferentes (dos contatados) conseguiram sobreviver à colonização e hoje habitam 688 Terras Indígenas e áreas urbanas no território nacional, segundo dados reconhecidos oficialmente, sendo que podemos encontrar indígenas em todos os estados.

O amendoim se tornou um ingrediente bastante utilizado na culinária africana. Hoje em dia, em Angola, a pasta de amendoim pode entrar na receita da típica "muamba de galinha", um prato que lembra o frango com quiabo mineiro ou o xinxim de galinha baiano. Aqui, ele se encontra preservado também como ingrediente das oferendas das religiões afro-brasileiras, embora seu uso não seja tão conhecido na culinária afrorreligiosa como o da farinha de mandioca.

Os povos indígenas ao serem contatados pelos primeiros europeus já possuíam o saber do preparo da raiz de mandioca, como descascar, ralar, espremer, extrair a manipueira (sumo) e fazer a farinha. Podiam também preparar uma bebida alcoólica à base de mandioca que conhecemos como cauim, ainda preparado por diversos povos. Depois dos europeus, veio sua fabricação em casas de farinha com aparelhos ainda rústicos e sua disseminação nas terras africanas, através dos portugueses, holandeses e de navegantes brasileiros que assumiram as mesmas atividades mercantis, a farinha alimentando a tripulação e o contingente de africanos cativos trazidos para o Brasil.

Assim, a farinha de mandioca, de origem indígena, é a base que uniu o pirão brasileiro aos pratos tradicionais do funji ou matete em Angola e à iguaria chamada kuanga no Congo, receitas africanas feitas com ela, e que são regadas pelo tempero de molhos extraídos de peixes ou outras carnes. A farinha de mandioca também proporcionou o preparo das farofas, imprescindíveis nas oferendas e nas refeições em

homenagem a determinadas entidades e divindades bastante conhecidas atualmente dos terreiros de umbanda e candomblé[3].

Alimento base dos povos indígenas antes da colonização, o uso tradicional da farinha de mandioca nas oferendas dos terreiros serve de termômetro para medir o quanto africanos e indígenas intercambiaram seus saberes e sabores. Essa mescla vinda de diferentes matrizes culturais tem em suas primeiras origens as aldeias e os povoados de pessoas escravizadas refugiadas em locais mais isolados ou relativamente próximos de núcleos urbanos, que formaram os quilombos antigos.

Alguns deles não existem mais, e sua localização ficava em áreas urbanas onde cresceram as cidades (como em bairros atuais de São Paulo ou Salvador). Outros permaneceram como comunidades de quilombo contemporâneas que ainda povoam nosso território (rurais e também dentro do perímetro de grandes cidades), num total de mais de três mil registros municipais de suas terras comunitárias, em quase todos estados, sendo as maiores concentrações regionais: Pará, Maranhão, Bahia, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Rio Grande do Sul.

Os antigos quilombos, territórios de resistência, contavam com a presença de populações indígenas próximas, pressionadas ou perseguidas, com modos de produzir e sobreviver indígenas também se fazendo presentes. Neles passaram a ser cultivados produtos em sua maior parte nativos das Américas ou africanos, como milho, determinados tipos de feijão, tubérculos (mandioca, batata-doce, carás ou inhame) e havia criações de cabras e galinhas somadas à caça e à pesca para subsistência. Documentos históricos demonstram como os quilombos podiam inclusive possuir espaço designado para moer os grãos e tubérculos, caracterizados como “casa de pilões”, além de hortas.

As atuais comunidades dos territórios quilombolas ainda conservam muito desse cultivo tradicional, através de sementes crioulas (não geneticamente modificadas) e mudas tradicionais, apesar da pressão da urbanidade e de empreendimentos sobre seu ambiente e paisagem. Ainda utilizam o que produzem, em grande parte, em sua culinária. Seus doces de frutas açucaradas, assim como as bebidas tônicas e curtidas são iguarias comercializadas e bastante apreciadas por toda sociedade, mas também preparam tutus, paçocas (uma forma indígena de preparo), do fubá de milho angus,

[3] Ver a nota seguinte.

broas e farofas, que são alimentos conhecidos por prestigiar as festas populares em todo país.

As comunidades de quilombos ainda podem surpreender com os sabores de cafés alternativos formados por grãos torrados de sucedâneos da *coffea arábica* (grão da Etiópia e do Iêmen que veio formar um ciclo de monocultura nestas paragens), mas que já eram conhecidos antes da cultura do café, como o feijão guandu (afro-indiano via o Congo) e o fedegoso ou manjerioba, planta daqui, mas que ocorre na África, também conhecida como "folha-de-pajé" (o curador indígena). Também lhe são atribuídas garrafadas e bebidas tônicas, aguardente curtida com especiarias, como a canjebrina, somadas aos chamados vinhos, como o de quiabo de angola (ou quiabo-roxo, caruru-da-guiné, vinagreira - uma planta de folhas cor de vinho).

Interessante notar que algumas entidades homenageadas como ancestrais[4] em terreiros de umbanda, candomblés, culto de encantados e casas de religião afro-indígena (dos mais conhecidos nacionalmente, os pretos-velhos/as e caboclos/as) costumam receber refeições no mesmo repertório culinário dos quilombos, principalmente milho, acrescidos dos subprodutos da cana-de-açúcar e do café, dos dois ciclos monocultores de alimentos.

Pretos e pretas-velhas incorporados[5] gostam de saborear angus (semelhante ao funjí angolano feito com milho), vinhos (os tônicos quilombolas) e de tomar café, além de pitar em seus cachimbos[6]. Da mesma forma, caboclos, como habitantes das matas ligados aos modos de sobreviver indígenas preferem os milhos cozidos, as frutas e o mel extraídos da vegetação nativa, mas não dispensam os gomos de cana e as meladinhas (misturas de aguardente, mel e ervas). Seus utensílios, as cuias e os coités, também são feitos a partir da vegetação da mata, onde sorvem seus alimentos enquanto conversam, aconselham e fumam tabaco.

O milho, ameríndio e muito presente (embora fosse conhecida uma variedade dele em terras africanas), entra também na composição de oferendas para grande parte das divindades dos candomblés, sendo branco, verde ou vermelho, geralmente cozido. Curiosamente, mungunzá quer dizer "milho cozido" na língua africana quimbunda. As

---

[4] Entidades para as religiões afro-brasileiras são espíritos de pessoas que viveram no passado tendo desempenhado papeis importantes em suas comunidades. Usualmente foram indígenas ou negras/negros escravizadas.

[5] A incorporação é uma das formas do fenômeno reconhecido na antropologia como transe. Para as religiões afro-brasileiras, o transe a partir de seus rituais envolve a presença de entidades e divindades.

[6] No contexto das religiões afro-brasileiras, dizer que uma entidade incorporada realiza uma atividade, como comer ou fumar, significa dizer que a pessoa **em estado de transe** realiza essa atividade.

famosas pipocas do Velho, divindade da terra e da cura, podem curar afecções cutâneas e outras doenças ao serem derramadas sobre a pessoa, dentro do enfoque medicinal do candomblé. Há bebidas feitas ao modo africano com o milho, como o aluá de milho.

O consumo do tabaco por entidades incorporadas durante as sessões de consulta (uma forma de terapia mental tradicional) e de cura, também chama a atenção. Mais uma vez, uma planta nativa que tem uso em rituais de estilo africano, denotando uma aproximação afro-indígena. O uso do fumo sempre esteve associado a práticas medicinais nas sociedades tradicionais indígenas, e a folha *in natura* continua sendo uma ferramenta de povos indígenas para limpar das doenças e melhorar a disposição geral. Esta aplicação do tabaco tem grande divulgação no contexto dos cultos brasileiros mais próximos da tradição indígena, que reúnem pajelança, torés, terecôs, pena e maracá, catimbós, juremas, jarê e algumas formas de umbanda. Mas também entra em oferendas de um grupo específico nos candomblés.

A folha do tabaco conhecida através dos indígenas tornou-se um hábito saboreado inclusive em terras africanas, servindo de moeda de troca para navios que iam permutá-la por mão de obra escravizada capturada na África, durante o período colonial. Negociantes baianos e pernambucanos dominavam este comércio, que durou mais de um século. O tabaco passou a ser cultivado e o que não ia para o mercado europeu era tratado com bastante melado de cana e enrolado para carregar os navios que iam para a costa africana.

O comércio de tabaco foi aos poucos sendo modificado por trocas relacionadas com o azeite de dendê africano no século XIX. Aqui se percebe o sentido inverso em que alimentos provenientes da África se instalaram definitivamente como parte da culinária nacional, como também o quiabo e modos de usar a pimenta. Muitos pratos emblemáticos, que foram primeiramente oferendas nos terreiros, são feitos com dendê. O acarajé, bolinho de feijão frito neste óleo nas ruas por mulheres vestidas a caráter, segundo a tradição religiosa dos terreiros, está inscrito hoje como patrimônio imaterial nacional.

O acompanhamento tradicional do acarajé, a pimenta, também tem origem numa história de permutas afro-brasileiras, de pimentas africanas com as nativas, das quais duas espécies domesticadas por indígenas antes da chegada dos europeus. A chamada malagueta africana (ou grão do paraíso) já era conhecida na Europa, e chegou a ser introduzida no Brasil; depois este nome passou às espécies de frutos compridos encontradas na América do Sul, posteriormente globalizados.

Na tradição religiosa, como as comidas não são valorizadas apenas pelo seu sabor, mas pelo significado delas em relação a forças divinas e à história dos ancestrais, o costume de oferecer presentes de comida aos que pertencem a este contexto fez com que a forma de serem feitas fosse preservada. Baseadas em tradições culturais anteriores e no que as próprias pessoas comiam no presente, as oferendas, no entanto, podiam retornar ao cardápio da refeição trivial do dia a dia, sendo readaptadas e se tornando pratos consagrados, como o acarajé. Dentro dos cultos, o alimento continua sendo substância que serve para vivificar a mente, prevenir o desequilíbrio e restaurar a saúde física, mediante sua utilização ritualizada (que não se restringe apenas à ingestão desse alimento), seguindo um padrão de classificação da liturgia daquele grupo específico.

De forma semelhante, as plantas medicinais são manejadas por raizeiros (que usam saberes próprios aos sistemas que baseiam os rituais embora não façam rituais necessariamente) e por sacerdotes das tradições acima mencionadas quando receitam banhos, chás, fazem defumações e oferendas ou proíbem o consumo de algo. O repertório afrorreligioso das ervas exibe ampla correspondência litúrgica e terapêutica do encontro entre saberes indígenas e africanos. Ao não encontrarem nas terras brasileiras os mesmos fitoterápicos que sabiam curar as aflições, os africanos realizaram substituições com plantas nativas e europeias aclimatadas, segundo padrão baseado numa perspectiva originalmente africana e em alguns casos indígena. Dessa forma surge uma criação propriamente afro-brasileira, que a alimentação entrelaçada com as formas de se cuidar e curar expressa em sua diversidade.

Saiba mais: As religiões afro-brasileiras têm a divindade baseada em expressões da natureza, ou seja, a representação do sagrado é a própria representação da natureza. Assim, a divindade ou orixá Oxum, ou inquice Dandalunda, ou vodum Aziri é a representação das águas dos rios e cachoeiras.

Bibliografia

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. *Quilombos: Geografia Africana – Cartografia Étnica -Territórios Tradicionais*. Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 2009.

BARROS, José Flávio Pessoa de. *A floresta sagrada de Ossaim: o segredo das folhas*. Rio de Janeiro: Pallas, 2011.

_____& NAPOLEÃO, Eduardo. *Ewé Orìsà: uso litúrgico e terapêutico dos vegetais nas casas de candomblé jêje-nagô*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
BRASIL, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Ofício das Baianas de Acarajé* (Dossiê IPHAN 6). Brasília: IPHAN, 2007.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Alimento: Direito Sagrado – Pesquisa Socioeconômica e Cultural de Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiros*. Brasília: MDS; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2011.

CASCUDO, Luís da Câmara. *História da Alimentação no Brasil*. São Paulo: Global, 2004.

DIAS, Jaqueline e LAUREANO, Lourdes (orgs). *Farmacopéia Popular do Cerrado*. Articulação Pacari, 2009.

FLANDRIN, Jean Louis e MONTANARI, Maximo (orgs). *História da Alimentação*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

KIPLE, Kenneth F. *Uma história saborosa do mundo*. Lisboa/Oeiras: Casa das Letras, 2008.

PORTELA, Flávia (org.). *Gula d'África: o sabor africano na mesa brasileira*. Brasília: SENAC, 2007.

PRANDI, Reginaldo (org.). *Encantaria Brasileira: o livro dos mestres, caboclos e encantados*. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

SANTOS, Maria Estella de A.; PEIXOTO, Graziela D. *O que as folhas cantam (para quem canta folha*). Brasília: Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa, 2014.

SOUMONNI, Elisée. *Daomé e o mundo atlântico*. Amsterdan: SEPHIS e Rio de Janeiro: Centro de Estudos Afro-Asiáticos da UCAM, 2001.

VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos: dos séculos XVII a XIX*. São Paulo: Corrupio, 1987.

VOGEL, Arno; MELLO, Marco A. da Silva; BARROS, José F. de. *A galinha d'angola: iniciação e identidade na cultura afro-brasileira*. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

PLANO DE AULA

I. Data

II. Dados de Identificação

Escola:
Professor(a)
Disciplina:
Ano:
Turma:

III. Tema e bibliografia básica

Calundus, alimentação e a cura

Texto didático: “Calundus, alimentação e a cura”

IV. Objetivos

Objetivo geral:

Explicar algumas lógicas da alimentação e cura nas tradições de matriz indígena e africana.

Objetivos específicos:

- Descrever alguns elementos da origem, inclusive transatlântica, de determinados alimentos nacionais.
- Descrever modos de utilização de certos alimentos no Brasil no âmbito popular e religioso no Brasil.
- Explicar alguns usos curativos de espécies vegetais amplamente conhecidas no Brasil, nas tradições afro-ameríndias.
- Debater texto “Calundus: a alimentação e a cura”.

V. Duração das atividades

2 aulas de 45 minutos.

VI. Desenvolvimento do tema

1. Verificar os conhecimentos prévios dos alunos quanto ao tema – tradições na alimentação e cura no Brasil
2. Dividir a turma em grupos e incentivar a procura de informações sobre: origens, historia, hábitos alimentares e usos religiosos e curativos de determinados alimentos no Brasil. Distribuir pequenos textos ou fragmentos de textos
3. Propiciar debates sobre as origens e a historia de determinados alimentos amplamente reconhecidos no Brasil
4. Entre aulas, propor leitura do texto “Calundus: a alimentação e a cura” e debater texto no início da segunda aula
5. Propiciar debates com quilombolas e indígenas convidados sobre os usos religiosos e hábitos alimentares que envolvem alguns alimentos reconhecidos no Brasil

6. Propiciar debates com pajés e líderes de terreiros convidados sobre os usos curativos de alguns alimentos reconhecidos no Brasil
7. Comentar possíveis interfaces com os textos didáticos “Conhecimentos que dialogam” e “Línguas africanas no português brasileiro” e suas aulas, desta mesma série proposta pelo Calundu – Grupo de Estudos sobre Religiões Afro-Brasileiras

VII. Sugestão de vídeos

“Eu sou Alimento – Dos Quilombos para o Mundo” (2017) de Fernando Meirelles, Projeto Eu Sou Amazônia do Google Earth. Duração 4:52 minutos. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=OYUXiR6qw-Q&list=PLEZ7xo_ReA_4BLMegC-Xtu_dYAO0BTZ7a&index=6
“Saborosas Memórias Quilombolas” (2016) de Ricardo Sá. Duração 7:28 minutos. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=0Au0VmQ1vR4
“Ajèún - Comida de Orixá” (2012), UNIFACS - Universidade Salvador. Duração 6 minutos. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=v1jKpemd5hg
“Ajeum dos Orixás Comida de Santo”, trecho do documentário “Milho/Zea Mays” (2014) do programa Um Pé de Quê? Episódio 147. Duração 3:29 minutos. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=FLrQ41fhxfY

VIII. Recursos didáticos

- Quadro
- Pincéis ou giz
- Apagador
- Computador
- Projetor (*data show*)
- Pendrives e DVDs
- Papel sulfite
- Fita crepe

IX. Avaliação

- Atividades (ex: respostas às perguntas-problema ao final da aula, discussão de roteiro, compreensão de gravuras, trabalho com documentos,etc.)
- Critérios adotados para correção das atividades.

X. Bibliografia complementar

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. Quilombos: Geografia Africana – Cartografia Étnica -Territórios Tradicionais. Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 2009.

BARROS, José Flávio Pessoa de. A floresta sagrada de Ossaim: o segredo das folhas. Rio de Janeiro: Pallas, 2011.

BARROS, José Flávio Pessoa de & NAPOLEÃO, Eduardo. Ewé Orìsà: uso litúrgico e terapêutico dos vegetais nas casas de candomblé jêje-nagô. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
BRASIL, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Ofício das Baianas de Acarajé (Dossiê IPHAN 6). Brasília: IPHAN, 2007.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Alimento: Direito Sagrado – Pesquisa Socioeconômica e Cultural de Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiros. Brasília: MDS; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2011.

CASCUDO, Luís da Câmara. História da Alimentação no Brasil. São Paulo: Global, 2004.

DIAS, Jaqueline e LAUREANO, Lourdes (orgs). Farmacopéia Popular do Cerrado. Articulação Pacari, 2009.

FLANDRIN, Jean Louis e MONTANARI, Maximo (orgs). História da Alimentação. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

KIPLE, Kenneth F. Uma história saborosa do mundo. Lisboa/Oeiras: Casa das Letras, 2008.

PORTELA, Flávia (org.). Gula d'África: o sabor africano na mesa brasileira. Brasília: SENAC, 2007.

PRANDI, Reginaldo (org.). Encantaria Brasileira: o livro dos mestres, caboclos e encantados. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

SANTOS, Maria Estella de A.; PEIXOTO, Graziela D. O que as folhas cantam (para quem canta folha). Brasília: Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa, 2014.

SOUMONNI, Elisée. Daomé e o mundo atlântico. Amsterdan: SEPHIS e Rio de Janeiro: Centro de Estudos Afro-Asiáticos da UCAM, 2001.

VERGER, Pierre. Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos: dos séculos XVII a XIX. São Paulo: Corrupio, 1987.

VOGEL, Arno; MELLO, Marco A. da Silva; BARROS, José F. de. A galinha d'angola: iniciação e identidade na cultura afro-brasileira. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

Línguas Africanas no Português Brasileiro[1]

Calundu – Grupo de Estudos sobre Religiões Afro-brasileiras[2]

A história contemporânea do Brasil ainda é repleta de marcas da escravidão. Primeiro, grande parte dos povos indígenas que aqui já habitavam foi extinta pelo contato e/ou pelo ordenamento colonial/escravocrata português, ou foi afugentada para regiões remotas onde conseguiu se manter, por alguns séculos, longe da exploração sistematizada. Em seguida, durante quatro séculos, milhões de africanos foram trazidos em cativeiro para serem explorados em um regime de escravização.

Número de escravos entrados no Brasil
(avaliação baseada em estatísticas aduaneiras subsistentes)

	Regiões	Entradas anuais	Total ânuo	Total da importação
Século XVI	Todo o Brasil . . .	. . . . .	. . . . .	30.000
Século XVII	Brasil holandês . . .	3.000		
	Brasil português . .	5.000	8.000	800.000
Século XVIII	Pará.	600		
	Recife	5.000		
	Baía	8.000	25.000	2.500.000
	Rio	12.000		
Século XIX (até 1830)	Rio	20.000		
	Todo o Brasil . . .	. . . . .	50.000	1.500.000
Durante o tráfico				4.830.000

Fonte: Mendonça, 1935, p.71.

[1] Este texto foi atualizado a partir de sua versão original publicada na *Revista Calundu*, volume 3, número 1: https://doi.org/10.26512/revistacalundu.v3i1.25243.

[2] Fazem parte do Calundu e participaram da escrita coletiva deste texto, em ordem alfabética: Adélia Regina da Silva Mathias, Aisha Angele Leandro Diéne, Andréa Letícia Carvalho Guimarães, Ariadne Moreira Basílio, Clara Jane Costa Adad, Danielle de Cássia Afonso Ramos, Francisco Phelipe Cunha Paz, Gerlaine Torres Martini, Guilherme Dantas Nogueira, Hans Carrillo Guach, Iyaromi Feitosa Ahualli, Luís Augusto Ferreira Saraiva, Nathalia Vince Esgalha Fernandes, Tania Mara Campos de Almeida.

Inicialmente, foram traficados africanos do mesmo tronco linguístico, generalizado pelos colonizadores também como grupo étnico – os bantos. Estes foram distribuídos pelos estados do Rio de Janeiro e Pernambuco. Posteriormente, os africanos da região sudanesa (que corresponde à atual região que se estende do Senegal à Nigéria) chegaram, sobretudo, à Bahia.

Ilustração 1 – Mapa do tráfico transatlântico de africanos escravizados para o Brasil

Fonte: Silva (2014)[3]

É importante salientar que o processo de colonização brasileira foi um sistema bem arquitetado. Escravizados eram enviados para lida nas plantações de cana de açúcar, café ou cacau, trabalhos no engenho ou na casa grande, de acordo com a fama que sua etnia tinha ainda no continente africano, uma vez que o tráfico negreiro na África já apresentava um nível de sofisticação bastante complexo séculos antes da chegada portuguesa[4]. Outra prática comum para enfraquecer os laços familiares, culturais e consequentemente identitários – elementos à época considerados como facilitadores para a articulação de uma forte e coesa resistência africana – consistia em separar povos provenientes da mesma região, o que por sua vez dificultava a comunicação entre diferentes etnias. Ainda assim, a influência das línguas bantas foi considerada proeminente.

> Nesse processo, o negro banto, pela antiguidade, volume populacional e amplitude territorial alcançada pela sua presença no Brasil colônia,[...] adquiriu

[3] Disponível em: https://blogdojuarezsilva.wordpress.com/tag/banto. Acesso em 15 de junho 2018.
[4] N'DIAYE, Tidiane, 2019.

> o português como segunda língua, tornando-se o principal agente transformador da língua portuguesa em sua modalidade brasileira e seu difusor pelo território brasileiro sob regime colonial e escravista. [...] Ao encontro dessa matriz já estabelecida, assentaram-se os aportes do *ewe-fon* e do iorubá, menos extensos e mais localizados, embora igualmente significativos para o processo de síntese pluricultural brasileira, sobretudo no domínio da religião. (CASTRO, 2005,p.8)

Mas o que o tráfico de africanos escravizados tem a ver com o português brasileiro? Tudo! É também (embora não exclusivamente) por causa desse processo histórico que o português brasileiro é tão diferente do português europeu.

Você sabia?![5]

"A região banto compreende um grupo de 300 línguas muito semelhantes, faladas em 21 países: Camarões, Chade, República Centro-Africana, Guiné Equatorial, Gabão, Angola, Namíbia, República Popular do Congo (Congo-Brazzaville), República Democrática do Congo (RDC ou Congo-Kinshasa), Burundi, Ruanda, Uganda, Tanzânia, Quênia, Malavi, Zâmbia, Zimbábue, Botsuana, Lesoto, Moçambique, África do Sul".

"Das línguas oeste-africanas, chamadas de sudanesas, as mais importantes foram as línguas da família *kwa*, faladas no Golfo do Benin. Seus principais representantes no Brasil foram os iorubás e os povos de línguas do grupo *ewe-fon* que foram apelidados pelo tráfico de *minas* ou *jejes*. O iorubá é uma língua única, constituída por um grupo de falares regionais concentrados no sudoeste da Nigéria (*ijexá, oió, ifé, ondô,* etc.) e no antigo Reino de Queto (*Ketu*), hoje no Benim, onde é chamada de nagô, denominação pela qual os iorubás ficaram tradicionalmente conhecidos no Brasil. Já o *ewe-fon* é um conjunto de línguas (*mina, ewe, gun, fon, mahi*) muito parecidas e faladas em territórios de Gana, Togo e Benim. Entre elas a língua *fon*, numericamente majoritária na região, é falada pelos fons ou daomeanos, concentrados geograficamente no planalto central de Abomé, capital do antigo Reino do Daomé, no Benim atual".

Infelizmente, a invisibilidade das contribuições dos povos africanos no português brasileiro é causada principalmente pelo preconceito racial, e por isso nas escolas, até hoje, são poucos os livros didáticos que abordam o racismo como o mais importante fator para desconhecermos tanto sobre a origem e a formação de palavras.

[5] CASTRO, 2005, p. 3.

Os pioneiros a considerar a importância das línguas africanas no português do Brasil foram Renato Firmino Maia de Mendonça, com “A Influência Africana no Português do Brasil”, publicada sucessivamente em 1933, 1935, 1948 e republicada em 1972 e 1973; e Jacques Raimundo que, em 1933, divulgou “O Elemento Afro-Negro na Língua Portuguesa”. Lélia Gonzales (1988, p.70), quando escreveu “A Categoria Político-Cultural de *Amefricanidade*”, cunhou o termo pretoguês para nominar “a marca de africanização do português falado no Brasil (nunca esquecendo que o colonizador chamava os escravos africanos de 'pretos'e de 'crioulos’ os nascidos no Brasil)”.

Yeda Castro (2005, p.8) em “A Influência das Línguas Africanas no Português Brasileiro” salienta a relevância do contato direto e permanente entre africanos e a língua brasileira: "Português do Brasil, naquilo em que ele se afastou do português de Portugal, descontada a matriz indígena menos extensa e mais localizada, é, em grande parte, o resultado de um movimento implícito de africanização do português".

Maria do Socorro S. de Aragão (2011) em “Africanismos no Português do Brasil” destaca a influência dos contextos socioculturais (valores, costumes, tradições, religião) na língua.

> Não se pode estudar a língua sem relacioná-la com a sociedade e a cultura nas quais o falante está inserido. No caso dos africanismos incorporados à língua portuguesa do Brasil, os costumes, as tradições, as comidas, as músicas trazidas pelos negros escravos foram determinantes não apenas no aspecto léxico, mas também no aspecto fonético-fonológico. (ARAGÃO, 2011, p.9).

Marcos Bagno (2016) se manifestou sobre o tema em “O Impacto das Línguas Bantas na Formação do Português Brasileiro”, atribuindo ao racismo a demora pelo reconhecimento das contribuições africanas ao idioma nacional.

> Durante muitas e muitas décadas, o impacto dos falantes de origem africana sobre a formação do português brasileiro foi ou simplesmente negado ou reduzido a aspectos caricaturais, como as recorrentes listas de palavras de origem africana introduzidas na nossa língua. Só muito recentemente, menos de trinta anos na verdade, é que um novo impulso de pesquisa tem lançado luzes cada vez mais fortes sobre o que podemos agora chamar sem rodeios de origens africanas do português brasileiro ou, como sugere o título de um livro importante sobre o assunto, o português afro-brasileiro (Lucchesi, Baxter e Ribeiro, 2009). Cada vez mais autores reconhecem que as diferenças marcantes entre o português brasileiro e a língua da qual ele se originou – o português europeu em sua fase de transição do período medieval para o moderno – se devem primordialmente ao multilinguismo que caracterizou a história do Brasil na

> maior parte do período colonial. A dispersão pelo território brasileiro de milhões de negros escravizados, falantes de muitas línguas diferentes, não pode ter deixado de incidir fortemente sobre o desenvolvimento do português brasileiro. (BAGNO, 2016, p.20)

De acordo com Castro (op. cit., p.8), é provável que a interação lingüística tivesse sido viabilizada "pela proximidade relativa da estrutura linguística do português europeu antigo e regional com as línguas negro-africanas". Dentre elas a presença das "vogais orais (a, e, ê, é, i, o, u) e a estrutura silábica ideal (CV.CV) (consoante vogal. consoante vogal)". Outra contribuição marcante é na fonologia (pronúncia).

> A tendência do falante brasileiro em omitir as consoantes finais das palavras ou transformá-las em vogais, (falá, dizê, Brasiu), coincide com a estrutura silábica das palavras em banto e em iorubá, que nunca terminam em consoante. Ainda de acordo com a estrutura silábica dessas línguas, onde não existem encontros consonantais, como ocorre em português, também se observa, na linguagem popular brasileira, a tendência de desfazer esse tipo de encontro, seja na mesma sílaba ou em sílabas contíguas, pela intromissão de uma vogal entre elas, que termina por produzir outra sílaba, a exemplo de 'saravá para salvar e fulô para flor'. (CASTRO, 2005, p.10-11)

Vale destacar que as palavras de origem africana situam-se principalmente na língua falada. Isso não significa que tenham menor valor, e sim, mostra que o uso dessas palavras voltou-se para as comunicações da oralidade – o tipo de manifestação que a tutela branca colonizadora não conseguiu conter, ainda que na língua escrita tenham logrado relativo êxito, e o estudo de línguas explica esse fenômeno. Toda língua tem a existência de forças: uma que a move para uma mudança mais rápida das palavras (força centrífuga) exercida, sobretudo, pela fala e que amplia o leque vocabular, outra a força a se manter estática (força centrípeta) exercita pela língua escrita normatizadora. A língua falada é mais espontânea e por isso de difícil controle, escapa às normas de monitoração. Em contrapartida, a língua escrita é altamente monitorada, pode ser reescrita e por isso é utilizada também como um poder conservador[6].

Desse modo fica mais fácil compreender o português brasileiro, que muitas vezes parece duas línguas completamente diferentes. A oralidade, que há milênios é uma tradição das culturas africanas e de suas descendentes da diáspora, encontrou barreira para penetrar na escrita, tradição, sobretudo, europeia vinda com os colonizadores portugueses. Como a

[6] BAKHTIN, 1989.

educação formal dos negros brasileiros também se deu tardiamente, podemos ver o complexo processo de história da língua portuguesa tomando forma. A língua falada pelos negros africanos e seus descendentes não estava nas escolas e no currículo formal, mas era com as amas de leite e os escravizados que os filhos dos senhores aprendiam o português enquanto língua materna. Não por acaso, palavras como camundongo, caxumba, cafuné, dengo, paparicar, cachaça, moqueca, fuzuê, mano e catinga, existem há vários séculos, e não desapareceram do português brasileiro, embora estejam em ocorrência muito menor na escrita.

Em algumas comunidades negras rurais e urbanas, como Cafundó (São Paulo), Tabatinga (Minas Gerais) e Gurutuba (Minas Gerais), que se diferenciam por uma série de fatores sócio-históricos, políticos e geográficos, entre eles o isolamento territorial, é possível perceber fortes influências africanas no português brasileiro e que ajudam a suplantar de vez a ideia de uma língua uniforme e conservadora. São comunidades de falantes que possuem traços linguístico específicos que as caracterizam como língua local, isto é, ilhas linguísticas[7], que propiciam o conhecimento da história social dos seus falantes e da própria língua. O Cupópia na comunidade quilombola do Cafundó/SP, a Gíria de Tabatinga em Bom Despacho/MG e o Português Gurutubano na comunidade quilombola dos Gurutubanos/MG, são exemplos de tipos de português com demarcadores de fortes influências africanas. Isto é, um português afro-brasileiro, em que também é possível perceber características, heranças e traços indígenas e do português lusitano. Mesmo não sendo possível informar esses percentuais, é inegável a presença desses três demarcadores, e principalmente as marcas linguísticas de africanidade, o que reforça a ideia de uma língua minoritária como língua de contato, de base africana, reconhecida por sua riqueza, função histórica e legitimidade[8].

Ainda que não seja possível refazer a perspectiva escravizada negra nos mesmos moldes em que foi elaborada a perspectiva branca senhorial, aprender com lacunas/fissuras de um sistema já estabelecido, como acontece com a aprendizagem da formação de palavras brasileiras de origem africana, mostra que nem o maior esforço, a maior monitoração e o maior poder subjugador é capaz de silenciar completamente outras possibilidades de ver o

[7] Comunidade linguística que se desenvolve como resultado de uma interrupção ou problemas de assimilação cultural linguística.

[8] Essa variedade dialetal falada em comunidades negras afro-brasileiras é designada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) por meio do Grupo de Trabalho da Diversidade Linguística no Brasil (GTDL) como *línguas de comunidades afro-brasileiras.*

mundo, de experienciá-lo, de produzir discurso e saberes distintos. Até a língua culta conservadora brasileira carrega em sua construção histórica contribuições de línguas africanas, que são importantes para língua enquanto ciência a ser estudada, mas são muito mais importantes na formação de uma identidade nacional múltipla e definitivamente influenciada por línguas dos povos negros africanos.

Bibliografia

ARAGÃO, Maria do Socorro S. "Africanismos no Português do Brasil". *Revista de Letras* (Fortaleza), v.30, p. 07-16, 2011.

BAGNO, Marcos. "O impacto das línguas bantas na formação do português brasileiro". *Cadernos de Literatura em Tradução*, Brasil, n. 16, maio 2016. ISSN 2359-5388. Disponível em: http://www.revistas.usp.br/clt/article/view/115266. Acesso em: 15 junho 2018.

BAKHTIN, Mikhail. "Toward a Reworking of the Dostoevsky Book". In: *Problems of the Dostoevsky's poectics*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1989.

BARROS, Rachel R. de A.; CAVALCANTI, B. C. "O lugar social das palavras africanas no português do Brasil". In: BARROS, Rachel R. de A.; CAVALCANTI, B. C.; FERNANDES, Clara S. (Org.). *Kulé Kulé - Visibilidades negras*. 1ª ed. Maceió: EDUFAL, 2006, p. 9-13.

CASTRO, Yeda Pessoa. *A influência das línguas africanas no português brasileiro*. In: Secretaria Municipal de Educação - Prefeitura da Cidade de Salvador (org.). Salvador: Secretaria Municipal de Educação, 2005.

GONZALEZ, Lélia. "A categoria político-cultural de *amefricanidade*". In: *Tempo Brasileiro***.** Rio de Janeiro, n. 92/93(jan/jun), p. 69-82, 1988.

MENDONÇA, Renato. *A influência africana no português do Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Editora Nacional, 1935. Disponível em:

http://www.brasiliana.com.br/brasiliana/colecao/obras/314/a-influencia-africana-no-portugues-do-brasil. Acesso em: 18 de junho de 2018.

N'DIAYE, Tidiane. *O genocídio ocultado*. Tradução Tiago Marques. Lisboa: Editora Gradativa. 2019.

PLANO DE AULA

I. Data

II. Dados de Identificação

Escola:
Professor (a):
Disciplina:
Ano:
Turma:

III. Tema e bibliografia básica

Influências das línguas africanas no português brasileiro

Texto didático: “Línguas africanas no português brasileiro”

IV. Objetivos

Objetivo geral:

Demonstrar a influência africana no português brasileiro

Objetivos específicos:

- Debater respeito e valorização da diversidade de pessoas, culturas, línguas, etc.
- Debater sobre as contribuições dos povos africanos na constituição da identidade brasileira
- Conhecer diferentes grupos étnicos escravizados da África para o Brasil
- Identificar a diversidade linguística do continente africano

V. Duração das atividades

2 aulas de 45 minutos

VI. Desenvolvimento do tema

1. Verificar os conhecimentos prévios dos alunos quanto ao tema - África.
2. Propor leitura e debate do texto “Línguas Africanas no Português Brasileiro”. Observações:

    a. Esse texto pode fomentar aulas sobre gêneros textuais e leitura de diferentes linguagens. Partes com citações diretas e indiretas podem ensinar na prática como as/os estudantes podem fazer o uso adequado de fontes, sem que incorram no problema de plágio, por exemplo. A leitura de um texto híbrido

e das imagens transformadas em saber aciona disciplinas como história, matemática e geografia.

b. Algumas palavras de origem africana como “bunda” e “cachaça” podem ser tomadas como exemplos para que temas importantes como o alcoolismo e a sexualidade podem ser debatidos em sala de aula evitando que se tornem tabus, ou palavras proibidas em um ambiente que tem muito a ganhar ao apresentar debates pertinentes que inclusive são temas transversais. A palavra álcool é utilizada recorrentemente nas aulas de química, então falar sobre polissemia também é uma possibilidade no ensino da língua.

c. Essa proposição não tem como objetivo ser um manual restrito e normatizador. O Grupo Calundu acredita que a proposta é um bom norte para o trabalho em sala de aula e pode, inclusive, ser seguida sem grandes problemas– uma vez que entendemos que a linha de respeito à diversidade linguística e racial deva ser respeitada e incentivada

3. Através de mapa demonstrar os países africanos e as principais rotas realizadas pelos navios negreiros rumo ao Brasil. Sugestões de mapas (Anexo I)
4. Explorar o infográfico “África berço da humanidade e do conhecimento” (Anexo II), que resume os principais reinos africanos e algumas contribuições para as ciências
5. Relacionar as influências da cultura africana (religiões, dança, culinária, música, etc) com o português brasileiro. Dividir a turma em grupo e propor tempestade de ideias. Os resultados devem ser socializados entre todos os alunos.
6. Propor o jogo "Etimologia". A dinâmica pode realizar-se dividindo a turma em pequenos grupos ou não. Distribuir fichas com palavras de diversas origens. Os alunos deverão decidir qual a origem das palavras, e ao encontrá-la rastrear geograficamente essa origem por continente, impérios históricos, nacionalidades atuais, povos e etnias formadoras dessas nacionalidades. Sugestão de palavras (Anexo III)
7. Propor exibição de documentários ou trechos de documentários que versem sobre a escravização de africanos para o Brasil. Sugestões:

    a. “A Rota dos Escravos - A Alma da Resistência” (2012), de Georges Collinet e patrocinado pela UNESCO. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=HbreAbZhN4Q. Duração 35 minutos
    b. “Brasil - Uma história inconveniente” (2000) de Phil Grabsky. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ExvKr4jiGDk. Duração 47 minutos

8. Comentar possíveis interfaces com os textos didáticos “Conhecimentos que dialogam” e “A alimentação e a cura” e suas aulas, desta mesma série proposta pelo Calundu – Grupo de Estudos sobre Religiões Afro-Brasileiras

VII. Recursos didáticos

- Quadro
- Pinceis e/ou giz
- Apagador

- Computador
- Projetor (*data show*)
- Pendrives, DVDs
- Papel sulfite
- Fita crepe

VIII. Avaliação

- Atividades (ex: respostas às perguntas-problema ao final da aula, discussão de roteiro, compreensão de gravuras, trabalho com documentos, etc.)
- Critérios adotados para correção das atividades.

IX. Bibliografia Complementar

A ROTA dos escravos - A alma da resistência. Direção: Georges Collinet. Produção: Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), 2012 (35 minutos). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=HbreAbZhN4Q. Acesso em 24 de junho de 2018.

BRASIL - Uma história inconveniente. Direção: Phil Grabsky. Produção: BBC/History Channel, 2000 (47 minutos). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ExvKr4jiGDk. Acesso em 24 de junho de 2018.

FERREIRA, Wladimir J. Mapas de Tráfico Negreiro no Brasil. Disponível em: http://profwladimir.blogspot.com/2013/04/mapas-de-trafico-negreiro-no-brasil.html. Acesso em 23 de junho de 2018.

HOUAISS, Antônio; Villar, Mauro de S. Minidicionário Houaiss da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

LOPES, Nei. Novo dicionário banto do Brasil. 2ª ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2012.

PEREIRA, Neusa. Mapa político de África. Disponível em: http://neusapereira.zip.net/images/MAPA.JPG. Acesso em 23 de junho de 2018.

REVISTA NOVA ESCOLA. África de todos nós. Rio de Janeiro: 01 de novembro de 2005. Disponível em: https://novaescola.org.br/conteudo/2393/africa-de-todos-nos. Acesso em 23 de junho de 2018.

VOCABULÁRIO ortográfico da língua portuguesa. Academia Brasileira de Letras. 5ª ed. São Paulo: Global, 2009.

ANEXOS

I. Mapas
Mapa político da África: Disponível em: http://neusapereira.zip.net/images/MAPA.JPG
Mapa das principais rotas do tráfico: Disponível em: http://profwladimir.blogspot.com/2013/04/mapas-de-trafico-negreiro-no-brasil.html

II. Infográfico "África berço da humanidade e do conhecimento". Disponível em: https://novaescola.org.br/conteudo/2393/africa-de-todos-nos

III. Sugestão de palavras quanto à origem e significado:

1) De origem latina:
   - Arena: "harena" = areia. Estádios em que os gladiadores lutavam na Roma antiga e eram cheios de areia.
   - Cadeira: "catedra".
   - Deus: "deus, dei" = divindade, ser supremo.
   - Fabuloso: "fabula" = história.
   - Frio: "frigido".
   - Lunático: "lunaticus" = adjetivo que se refere à pessoa que pertence à lua. Para os romanos, a lua causaria insanidade, loucura.
   - Paixão: "patior" = sofrer ou suportar.
   - Rezar: "recitare".
   - Seminário: "seminarius" = plantação de semente.
   - Senhor: "senior" = mais velho.
   - Sinistro: "sinistra" = esquerda. Para os romanos tudo que se relaciona ao lado esquerdo seria negativo.

2) De origem árabe
   - Açougue: "as-suq" = mercado, feira, bazar.
   - Alambique: "al-inbiq" = designação árabe da palavra grega ámbyx para vaso com borda levantada, que foi usado pelos árabes em vidro ou cobre no processo de destilação.
   - Alcateia: "al-qati" = rebanho de gado ovelhum, manada de camelos. Qati também se prende à raiz de "salteador, bandido". Passou a se referir ao coletivo de lobos.
   - Álcool: "al-kuhul" = pó metálico escuro para proteger as pálpebras (um sucedâneo menos tóxico ainda hoje é utilizado por povos da África do Norte e Oriente Médio com nome de kohl ou kajal), que era obtido por sublimação, processo que passou a designar outras substâncias destiladas, daí o etanol.
   - Arroz: "ar-ruzz" = gramínea originária do SE asiático ou da África Ocidental, tendo chegado à Pérsia e depois incorporada ao mundo árabe.
   - Azeite: "az-zayt" = óleo. Óleo de azeitona, fruto da oliveira, árvore mediterrânea, com vestígios arqueológicos entre cinco a dois mil anos antes da Era Comum.
   - Garrafa: "garrafah" = de giraf, medida para grãos, ou do árabe-persa qaraba, utensílio para água.

- Limão: "laymun" = fruto da árvore também de origem asiática incorporada ao árabe via Pérsia.
- Oxalá: "in shaallh" = do árabe “e queira Deus”, Deus = Allah; mas também do iorubano “Orixalá”, divindade ligada ao mito da gênese do universo.
- Talco: "talq" = designação de minerais diversos, e destes pulverizados.
- Tambor: "tanbur" = instrumento de percussão.
- Xerife: "sarif” = nobre, eminente, que já fez peregrinação a Meca por três vezes.
- Zero: "sifr" = vazio, cifra. O conceito pode ter origem no Oriente Médio e hindu-arábica.

3) De origem indígena tupi
   - Abacaxi: “ibácaxí” = fruta rescendente; povo indígena extinto, que habitava as margens do rio Abacaxis (AM).
   - Amendoim: “mandubi”, com influência de amêndoa (do grego amygdále para designar amídala) = fruto subterrâneo encontrado em terras brasileiras.
   - Arara: “arara” = ave de plumagem colorida encontrada em terras brasileiras.
   - Caatinga: “caá tinga” = mato branco (no sentido de ralo ou seco).
   - Caipira: provavelmente“caí-pyra” = tímido, envergonhado. Ou “caá-pyra”, do mato.
   - Caju: “acayu” = nome relacionado à contagem indígena do ano que designa fruta amarela ácida originária.
   - Carioca: “cari-oca” = casa do branco; ou “caryca –oca” = corre-casa, casa da fonte, nome ligado a locais com água. Por ter sido também nome de uma fonte no Rio de Janeiro = natural do Rio de Janeiro.
   - Jabuticaba: “iapoti- caba” = fruta em botão originária.
   - Jacaré: yá-caré = aquele que olha de lado, aquele que é torto. Réptil encontrado em terras brasileiras.
   - Mandioca: “mandi-oca” = raiz da planta mandi’iwa, raiz comestível originária.
   - Tatu: “ta-tu” = couraça grossa. Animal mamífero encouraçado natural das Américas.
   - Urubu: abutre das terras brasileiras; pessoa do povo indígena do tronco lingüístico tupi chamado Urubu (RO).

4) De origem africana
   - Acarajé: "akarà-je" = bolinho de fogo (akaráolelé) + comer (ajeum), nome iorubano. Iguaria registrada como patrimônio imaterial.
   - Banguela: "banga". Benguela, região em Angola de onde vieram africanos para o Brasil que faziam intervenções na arcada dentária como marca étnica.
   - Bunda: "mbunda" = nádegas (quimbundo). Relativo também ao povo Bundo (mbundu) de Angola, de língua ambundo e quimbundo.
   - Caçula: "kasule" = o mais novo (quimbundo).
   - Cafuné: "kafu’ndu" (quimbundo) = cravar, ou “kifune” (quimbundo) = estalar, torcer (provavelmente ao catar algo na cabeça); afago na cabeça.
   - Farofa: "falofa" = mistura de farinha (quimbundo).
   - Fubá: "mfuba" (quicongo) ou “fuba” (quimbundo) = farinha.

- Marimbondo: "ma-rimbondo" = vespas, “ma” sufixo plural e rimbondo= vespa em quimbundo.
- Moleque: "muleke" (quimbundo), ou minleeke (quicongo), ou anleeke (umbundo) = garoto, menino. “Nleku” = travesso (quicongo e quimbundo).
- Moqueca: "mu’kéka" (quimbundo) = caldeirada típica de frutos do mar.
- Muvuca: "mvuka" (quicongo) = febre intermitente, daí aglomeração agitada.
- Oxalá: “Orixalá” (iorubano), divindade ligada ao mito da gênese do universo.
- Quitanda: "kitanda" (quimbundo) = feira, venda.
- Tanga: "ntanga" (quimbundo) = pano, capa.
- Samba: "samba" (umbundo) = estar animado, ou ”semba” (umbundo) = umbigada, ou “samba” (quioco) = brincar, ou “samba” (quicongo) = dança com encontrões, ou “samba”/ “semba” (quimbundo) = umbigada.